

PROCEDIMENTO CONCURSAL DE INGRESSO PARA 240 POSTOS DE TRABALHO DO MAPA DE PESSOAL DO INSTITUTO DOS REGISTOS E DO NOTARIADO, I. P. PARA A CARREIRA E CATEGORIA DE OFICIAL DE REGISTOS.

Aviso de abertura n.º 11830-B/2023, publicado no Diário da República n.º 119/2023, II Série, 1º Suplemento, de 21.06.2023.

ENUNCIADO PROVA DE CONHECIMENTOS

Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Dia 21 de dezembro de 2023

1) Treaties come into force in the Portuguese legal system:

- a) After being approved by the Parliament or ratified by the President.
- b) Following publishing, after being approved and signed, or approved and ratified, if the treaty is in force.
- c) After being approved by the Government or ratified by the President.
- d) None of the above.

2) A rule enshrined in a European Union Directive must be applied by the Portuguese administration:

- a) Always, due to primacy.
- b) Always, when the national law has not fully or correctly transposed the Directive.
- c) Under certain conditions, when the national law has not fully, correctly, or timely transposed the Directive.
- d) Only with the goal of ensuring harmonious interpretation of national law with European Union Law, since Directives are not directly applicable.

3) The public administration must apply the principle of proportionality:

- a) Only when Part IV of Portuguese Administrative Procedure Code is applicable.
- b) Only when Part II of the Portuguese Administrative Procedure Code is applicable.
- c) When special administrative laws determine so.
- d) Always when acting with public powers or administrative law.

4) O direito de audiência prévia:

- a) É também um dever dos particulares.
- b) Pode ser afastado em certas circunstâncias devidamente fundamentadas.
- c) É sempre exercido por escrito, de forma a ser integrado no processo administrativo.

- d) É a fase procedimental na qual a administração tem de proceder às diligências probatórias e instrutórias requeridas pelo particular.

5) A fundamentação de um ato administrativo:

- a) Tem de considerar expressamente todos os argumentos apresentados pelo particular no exercício do direito de audiência prévia.
- b) Não se basta com a mera remissão para uma informação do serviço.
- c) Deve permitir ao particular a compreensão do iter cognitivo e valorativo da administração
- d) Nenhuma das anteriores.

6) A, usufrutuário vitalício de determinado prédio, trespassou o seu direito a B definitivamente, tendo este, por sua vez, hipotecado o mesmo direito de usufruto a favor de C. Entretanto o B adquire a nua-propriedade, ficando proprietário pleno. *Quid iuris* quanto à hipoteca?

- a) Extingue-se, por efeito da extinção do usufruto, causada pela reunião do usufruto e da propriedade na mesma pessoa.
- b) Subsiste, porque o usufruto se extingue à morte do A.
- c) Subsiste, como se a consolidação da propriedade plena não tivesse causado a extinção do usufruto.
- d) Passa a exercer-se sobre o prédio, entretanto propriedade do inicialmente apenas usufrutuário.

7) A, dono do prédio X e comproprietário com B do prédio confinante Y, pretende constituir uma servidão de passagem sobre o seu prédio (prédio serviente) em proveito do prédio de que é comproprietário (prédio dominante). É tal constituição legalmente possível?

- a) Não, porque o A é simultaneamente proprietário de um prédio e comproprietário do outro.
- b) Sim, porque não sendo o A único proprietário do prédio Y, mostra-se satisfeito o pressuposto legal de diversidade de donos dos prédios serviente e dominante.
- c) Sim, porque a pretensão se encontra salvaguardada pelo princípio da liberdade contratual.
- d) Não, por se tratar de servidão de passagem.

8) A e B são casados segundo o regime da separação de bens. Pretendendo o A arrendar a C um prédio urbano de que é proprietário, é necessária a intervenção de B em alguma situação?

- a) Não, essa intervenção só seria exigível se o regime de bens fosse o da comunhão de adquiridos (a consentir).
- b) Sim, porque o vínculo do casamento obriga sempre o cônjuge a intervir.
- c) Sim – a consentir -, mas apenas se o prédio constituir a casa de morada da família.
- d) Só se o arrendatário o exigir.

9) Francisco promete vender a Gilberta uma moradia de que é proprietário. As partes pretendem atribuir eficácia real à promessa. A que forma deve obedecer o contrato?

- a) Documento particular com reconhecimento das assinaturas dos outorgantes
- b) Escritura pública
- c) Documento particular autenticado.
- d) Escritura pública ou documento particular autenticado

10) A partir de que idade se pode casar em Portugal?

- a) A partir dos 14 anos
- b) A partir dos 16 anos
- c) A partir dos 18 anos
- d) A partir dos 21 anos

11) Noémia e Otero casaram sem que adotassem apelidos um do outro por ocasião do casamento. Pode posteriormente Noémia adotar algum apelido de Otero?

- a) Sim, mas só o último apelido de Otero.
- b) Sim, pode adotar qualquer dos apelidos de Otero até ao máximo de 2.
- c) Sim, mas só os apelidos paternos de Otero.
- d) Não, só no momento da celebração do casamento é possível adotar apelidos do cônjuge.

12) A Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, aplica-se:

- a) Aos institutos públicos.
- b) Às empresas públicas.
- c) Ao Banco de Portugal.
- d) Aos Gabinetes de apoio dos membros do Governo.

13) No quadro do vínculo de trabalho em funções públicas, o dever de lealdade consubstancia-se em:

- a) Desempenhar as funções com subordinação aos objetivos do órgão ou serviço.
- b) Acatar e cumprir as ordens dos legítimos superiores hierárquicos, dadas em objeto de serviço e com a forma legal.
- c) Desempenhar as funções com equidistância relativamente aos interesses com que seja confrontado, sem discriminar positiva ou negativamente qualquer deles, na perspetiva do respeito pela igualdade dos cidadãos.
- d) Conhecer e aplicar as normas legais e regulamentares e as ordens e instruções dos superiores hierárquicos, bem como exercer as funções de acordo com os objetivos que tenham sido fixados e utilizando as competências que tenham sido consideradas adequadas.

14) Por constrangimentos técnicos, as impressões digitais recolhidas não ficaram registadas no pedido de determinado cartão de cidadão. O serviço solicita, por mensagem de correio eletrónico, que o cidadão se desloque novamente ao serviço para proceder a nova recolha, marcando dia e hora para o efeito. O cidadão comparece nos serviços, no dia e à hora marcada, e dirige-se ao

trabalhador que está no posto de trabalho dedicado às informações para anunciar a sua presença. Este trabalhador deve:

- a) Informar o cidadão de que estão utentes em espera para a recolha de dados biométricos para emissão do cartão de cidadão, e que o mesmo deve retirar a senha respetiva e aguardar a sua vez
- b) Abandonar de imediato o seu posto de trabalho e efetuar o atendimento do utente
- c) Informar o utente de que tem prioridade no atendimento, por força do agendamento efetuado, e encaminhá-lo para o posto de trabalho adequado para o atendimento
- d) Informar o utente de que deverá voltar no final do horário de atendimento ao público, por nessa altura haver maior disponibilidade.

15) Ermelinda pretende doar, sem encargos, um prédio urbano a seu neto Filipe, menor de idade. Esta doação carece de aceitação?

- a) Não, pois produz efeitos independentemente de aceitação.
- b) Sim, devendo aceitar o(s) representante(s) legal(ais) do menor
- c) Sim, devendo aceitar o(s) representante(s) legal(ais) do menor devidamente autorizado(s) pelo tribunal.
- d) Depende do estado de conservação do prédio urbano.

16) Catarina e Álvaro, casados entre si na comunhão de adquiridos, pretendem vender um apartamento de que são proprietários ao seu filho, Joaquim. Catarina e Álvaro são ainda pais de Benedita e Carlos, solteiros, maiores, e de Duarte, este último já falecido no estado de solteiro, tendo deixado uma filha, Beatriz, de 18 anos de idade.

Quem deve consentir na venda sob pena de anulabilidade da mesma?

- a) Benedita e Carlos.
- b) Benedita, Carlos e Beatriz.
- c) A venda não carece do consentimento de ninguém.
- d) Todos os filhos e netos dos vendedores.

17) Gustavo, viúvo, fez doações a seus filhos, Hélder, Idália e José. Da escritura pública respetiva resulta que Gustavo doou a Hélder, por conta da legítima, uma quinta em Coruche; doou a Idália, sem qualquer outra referência, uma herdade no Alentejo; e a José doou, por conta da quota disponível, um apartamento no Chiado.

Diga quais das doações efetuadas estão sujeitas a colação:

- a) Apenas a doação a Hélder fica sujeita a colação.
- b) Ficam sujeitas a colação as doações a Hélder e a Idália.
- c) Todas as doações ficam sujeitas a colação.
- d) Apenas a doação a José fica sujeita a colação.

18) José faleceu intestado em novembro de 2020, em Portugal, onde tinha residência habitual. Sobreviveram-lhe a mulher, Maria, com quem era casado no regime imperativo da separação de bens, os dois netos, Eduardo e Etelvina, filhos do seu filho pré-falecido Cristóvão, e ainda o seu filho Duarte.

Diga quem é chamado à sucessão de José:

- a) A mulher Maria e o filho Duarte.
- b) A mulher Maria e os filhos Cristóvão e Duarte e os netos Eduardo e Etelvina.

- c) Os filhos Cristóvão e Duarte.
- d) A mulher Maria, os netos Eduardo e Etelvina e o filho Duarte.

19) Sandra e Tiago casaram em 2006, com convenção antenupcial, estipulando a comunhão geral de bens. Sandra levou para o casamento um palacete situado na Lapa, Lisboa, herdado de sua tia-avó paterna. Tiago, por seu turno, recebera por doação dos seus pais, antes do casamento, uma herdade em Moura. Na constância do casamento, compraram uma moradia no Restelo e receberam ainda, por doação da avó de Tiago, um lote de terreno para construção urbana, em Sesimbra.

O casal decidiu divorciar-se e pretende agora efetuar a partilha dos seus bens. Considerando que ao palacete foi atribuído o valor de 1.000.000,00€, à herdade o valor de 800.000,00€, à moradia o de 2.000.000,00€ e ao lote de terreno o valor de 100.000,00€, diga qual o valor do quinhão a que cada um deles tem direito na partilha dos bens comuns:

- a) 1.950.000,00 € cada um;
- b) 2.050.000,00€ para a Sandra e 1.850.000,00 para o Tiago;
- c) 2.000.000,00 para Sandra e 1.900.000,00 para Tiago;
- d) 1.050.000,00 para cada um.

20) Alberto pretende reconhecer Berta, nascida de uma relação extraconjugal, como sua filha. Que formas tem para o fazer?

- a) Por declaração prestada perante o funcionário do registo civil e por escritura pública.
- b) Por declaração prestada perante o funcionário do registo civil, por testamento e por termo lavrado em Juízo.
- c) Por declaração prestada perante o funcionário do registo civil, por testamento, por escritura pública e por termo lavrado em Juízo.
- d) Por declaração prestada perante o funcionário do registo civil, por testamento, por escritura pública, por termo lavrado em Juízo e por presunção da paternidade.

21) Miguel, casado civilmente com Joana, emigrou para o Brasil em 1960, e desde essa data nunca mais deu notícias. Em 1972, Joana conheceu Felismino e, querendo contrair matrimónio com ele, em janeiro de 1973 obteve a declaração judicial de morte presumida de Miguel. Em abril desse mesmo ano, Joana e Felismino casaram, e tiveram dois filhos. Em 1995, Miguel regressou a Portugal e quis retomar o seu casamento com Joana. Pode fazê-lo?

- a) Sim, o segundo casamento considera-se dissolvido por divórcio e Joana e Miguel continuam casados.
- b) Sim, porque o segundo casamento é inexistente e Joana e Miguel continuam casados.
- c) Não, o casamento de Joana e Miguel considera-se dissolvido por óbito deste último à data da declaração de morte presumida.
- d) Não, o casamento de Joana e Miguel considera-se dissolvido por divórcio à data da declaração de morte presumida.

22) Adolf, de nacionalidade alemã, vive com a esposa, de nacionalidade italiana, em Espanha. Os seus três filhos vivem na Alemanha. Possui um apartamento, um terreno e uma conta bancária na Alemanha, uma casa em Espanha e uma quinta em Itália. Adolf morre em Espanha, em setembro de 2015. No seu testamento, feito em 2014, escolheu validamente a(s) lei(s) aplicável(eis) à sua sucessão. Que lei(s) escolheu Adolf?

- a) A lei espanhola.
- b) A lei alemã, ficando os bens sitos em Espanha e os sitos em Itália sujeitos à lei espanhola e à lei italiana, respetivamente.
- c) A lei italiana na medida em que tinha a expectativa de adquirir a nacionalidade italiana pelo casamento, o que não aconteceu.
- d) A lei alemã, que regulará toda a sucessão.

23) Em Portugal, o vínculo de adoção pode constituir-se:

- a) Por declaração prestada perante oficial de registo ou sentença judicial.
- b) Por escritura pública de adoção lavrada em cartório notarial.
- c) Por sentença judicial.
- d) Por testamento.

24) Eunice e Maria querem casar. Eunice apresenta sinais notórios de demência, com períodos de lucidez. Poderão casar uma com a outra?

- a) Sim.
- b) Sim, se a cerimónia ocorrer nos momentos de lucidez.
- c) Sim, mas não podem escolher o regime de comunhão geral de bens para o seu casamento.
- d) Não.

25) Gabriela e Henriqueta são parentes em 2.º grau da linha colateral; logo, são:

- a) Irmãs.
- b) Avó e neta.
- c) Tia e sobrinha.
- d) Primas.

26) O vínculo de emprego público constitui-se por:

- a) Nomeação e contrato de prestação de serviços.
- b) Contrato de trabalho em funções públicas, nomeação e comissão de serviço.
- c) Contrato de trabalho em funções públicas e contrato individual de trabalho.
- d) Comissão de serviço e contrato de prestação de serviços.

27) Aurélio é casado com Beatriz no regime da comunhão de adquiridos, e tem um filho, Caetano, maior de idade. Aurélio pretende doar ao seu filho, Caetano, um prédio, seu bem próprio, com reserva de usufruto para si e sucessivamente para Beatriz, se esta lhe sobreviver, e com a cláusula de o prédio voltar ao património do Aurélio (doador) se Caetano falecer sem descendentes antes dele. Que forma deve revestir este contrato e quem deve intervir para a sua validade e plena eficácia?

- a) Escritura pública ou documento particular autenticado com intervenção de Aurélio e Caetano.
- b) Documento particular autenticado e documento particular com reconhecimento presencial de assinaturas com intervenção de Aurélio, Beatriz e Caetano.

- c) Escritura pública ou documento particular autenticado com intervenção de Aurélio, Beatriz e Caetano.
- d) Escritura pública ou documento particular autenticado com intervenção de Aurélio.

28) António, no estado de solteiro, comprou, em 2021, uma viatura desportiva, com reserva de propriedade a favor do Stand automóvel, até integral pagamento. Em janeiro de 2023, casa com Bruna, no regime de bens supletivo português. O pagamento integral veio a ser realizado em agosto de 2023. Qual a natureza do bem?

- a) Bem comum, porque o seu integral pagamento ocorrerá na constância do matrimónio.
- b) Bem próprio de António, porque foi adquirido antes do matrimónio.
- c) Bem próprio de António, porque foi adquirido na constância do matrimónio por força de direito próprio anterior.
- d) Bem comum, por o mesmo ser usado como meio de transporte do casal para o local de trabalho.

29) Afonso e Maria, no estado de solteiros, maiores, vivendo em união de facto, compraram em 2006 um apartamento em Cascais. Após o nascimento do filho de ambos, casaram em 2008 sob o regime da comunhão de adquiridos. Em 2015 compraram uma moradia no Algarve, e, em 2018, receberam por doação conjunta do tio de Afonso uma quinta em Sintra. Em 2023, divorciaram-se e pretendem agora fazer a partilha de todos os bens comuns. Quais são os bens a levar à partilha?

- a) O apartamento da baía de Cascais, a moradia no Algarve e a quinta em Sintra
- b) A moradia no Algarve e a quinta em Sintra
- c) O apartamento da baía de Cascais e a moradia no Algarve
- d) A moradia no Algarve.

30) Justina, solteira, maior, veio estudar para Lisboa em 1970, ficando a morar em casa de uma amiga de seus pais, Cecília, viúva e com dois filhos, emigrantes em França. Por lá foi ficando, mesmo após o seu casamento com José, em 1980. Cecília veio a falecer em 2010 e os seus filhos, regressados de França, pretendem agora vender a propriedade plena do imóvel. Justina, tendo conhecimento dessa intenção, pretende invocar a usucapião relativamente ao direito de habitação do imóvel, em escritura de justificação notarial. Pode fazê-lo?

- a) Sim, porque habita na casa de forma pública e pacífica, há mais de 20 anos.
- b) Não, porque Cecília tem descendentes vivos.
- c) Sim, porque essa é a sua casa de morada de família há mais de 20 anos.
- d) Não, porque o direito de habitação não pode ser adquirido por usucapião.

31) A sociedade “X, Lda.” tem três gerentes nomeados e em exercício de funções. Os sócios da sociedade deliberaram vender um imóvel do património da sociedade. Na escritura de venda, em representação da sociedade, e para que ela fique vinculada pelo negócio, é imperativo que intervenha(m):

- a) Dois gerentes, salvo cláusula do contrato que disponha de modo diverso;
- b) Um gerente, salvo cláusula do contrato que disponha de modo diverso;

- c) Dois gerentes e um sócio, salvo cláusula do contrato que disponha de modo diverso;
- d) Todos os três gerentes, salvo cláusula do contrato que disponha de modo diverso.

32) A sociedade “X, Lda” tem um capital social de € 10.000,00, dividido pelas quotas dos sócios António (€2.000,00), Bernardo (€1.000,00), Carlos (€2.500,00), Ernesto (€2.000,00), Fernando (€1.000,00), e Gustavo (€1.500,00). A sociedade vai reunir em assembleia geral para aprovar um aumento de capital. Nada estipulando o contrato de sociedade sobre a matéria, o aumento só poderá ser aprovado se:

- a) For aprovado por unanimidade dos votos.
- b) For aprovado com os votos favoráveis de António (€2.000,00), Bernardo (€1.000,00) e Carlos (€2.500,00), uma vez que representam mais de metade dos votos correspondentes ao capital social;
- c) For aprovado com os votos favoráveis de António (€2.000,00), Bernardo (€1.000,00), Ernesto (€2.000,00), Fernando (€1.000,00) e Gustavo (€1.500,00), uma vez que representam uma maioria de três quartos dos votos correspondentes ao capital social.
- d) For aprovado com os votos favoráveis dos sócios António (€2.000,00), Bernardo (€1.000,00), Ernesto (€2.000,00) e Fernando (€1.000,00), uma vez que representam pelo menos 60% dos votos correspondentes ao capital social.

33) António, Bernardo e Carla vão constituir uma sociedade por quotas. António realizará a sua entrada através da transmissão para a sociedade de um estabelecimento comercial de que é titular. Daqui decorre que:

- a) O valor do estabelecimento comercial é definido por acordo dos sócios, devendo o valor nominal da quota do António ser igual ao valor dessa avaliação;
- b) O valor do estabelecimento comercial é definido por acordo dos sócios, podendo o valor nominal da quota do António ser inferior ao do valor da avaliação.
- c) O valor do estabelecimento comercial é fixado em relatório elaborado por revisor oficial de contas, não podendo o valor nominal da quota do António ser superior ao do valor dessa avaliação.
- d) O valor do estabelecimento comercial é fixado em documento elaborado por perito avaliador, não podendo o valor nominal da quota do António ser inferior ao do valor dessa avaliação.

34) António, Bernardo e Carla são os únicos sócios da sociedade “X, Lda.”. Os sócios podem reunir e deliberar validamente em assembleia geral:

- a) Em qualquer momento, desde que sócios cujas quotas representem pelo menos três quartos do capital social estejam presentes e manifestem a vontade de que a assembleia se constitua e delibere sobre determinado assunto.
- b) Desde que a assembleia seja convocada com a antecedência de 10 dias, se uma tal antecedência estiver prevista no contrato.
- c) Em qualquer momento, desde que todos os sócios estejam presentes e todos manifestem a vontade de que a assembleia se constitua e delibere sobre determinado assunto.

- d) Em qualquer momento, desde que todos os sócios estejam presentes e a maioria manifeste a vontade de que a assembleia se constitua e delibere sobre determinado assunto.

35) António, Bernardo e Carla são sócios da sociedade “X, Lda”, e deliberaram em assembleia geral proceder ao aumento do capital social. A Carla realizará a sua entrada no aumento através da transmissão da propriedade de um imóvel de que é titular. Essa entrada pode ser realizada:

- a) Até ao termo do primeiro exercício económico subsequente ao aumento.
- b) No prazo de três anos a contar do registo definitivo do aumento de capital.
- c) No prazo de um mês a contar do registo definitivo do aumento de capital.
- d) Até ao momento do aumento.

36) Os sócios da sociedade “X, Lda.”, em assembleia geral realizada no dia 1/10/2023 deliberaram proceder ao aumento de capital social por incorporação de reservas. As contas do exercício correspondente ao ano de 2022 (o exercício anual coincide com o ano civil) foram aprovadas no dia 1/2/2023. A necessária comprovação da existência das reservas a incorporar far-se-á:

- a) Com base nos elementos revelados pelas contas do exercício de 2022, tal como aprovadas em 1/2/2023.
- b) Com base em declaração subscrita pela gerência, a qual deve imprescindivelmente instruir a documentação apresentada para efeitos do registo do aumento na Conservatória do Registo Comercial.
- c) Com base em balanço especialmente elaborado para o efeito.
- d) Com base em declaração dos sócios na assembleia que aprovou o aumento, declaração à qual a ata que documenta a deliberação deve fazer referência expressa.

37) Os órgãos da sociedade “X, S.A.” decidiram levar a cabo operação de cisão mediante desafetação de parte do seu património imobiliário, constituída por quatro lotes de terreno para construção, para com ela criar uma outra sociedade. Em que momento se considera transmitida a propriedade dos referidos lotes para a esfera jurídica da sociedade resultante da cisão?

- a) Com o registo predial da transmissão por cisão para a nova sociedade;
- b) Com a inscrição da cisão no registo comercial;
- c) Com a celebração da escritura pública ou documento particular autenticado que formalize a cisão.
- d) Com a realização da publicação do ato de cisão.

38) Os sócios da sociedade “X, Lda.”, considerando a escassa atividade económica que vem desenvolvendo, deliberaram a sua dissolução. Sabendo que a sociedade tem dívidas, ela considerar-se-á legalmente extinta:

- a) Com o registo comercial do encerramento da liquidação.
- b) Com a deliberação que aprovou a dissolução.
- c) Com a realização da partilha dos haveres sociais.
- d) Com a realização das operações de liquidação do passivo social.

39) Ana e Bela decidiram constituir uma sociedade por quotas tendo por objeto a atividade de comercialização de bens alimentares de produção biológica. O capital social da sociedade não poderá ser de valor inferior a:

- a) € 5.000,00;
- b) € 0,02;
- c) € 2,00;
- d) € 1,00.

40) A carreira especial de oficial de registos é pluricategorial, estruturando-se nas seguintes categorias:

- a) Escriturário, escriturário superior e 1.º ajudante;
- b) Assistente operacional, escriturário, escriturário superior e 1.º ajudante;
- c) Oficial de registos e oficial de registos especialista.
- d) Técnico de registos, oficial de registos e oficial de registos especialista.